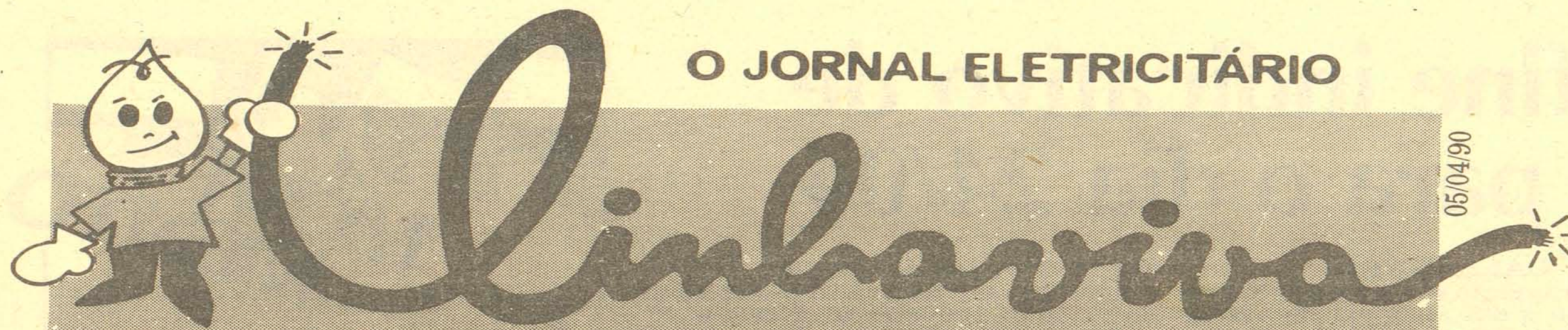




Intersindical Eletricitários SC

JORN. RESP. DRT/RS 6166

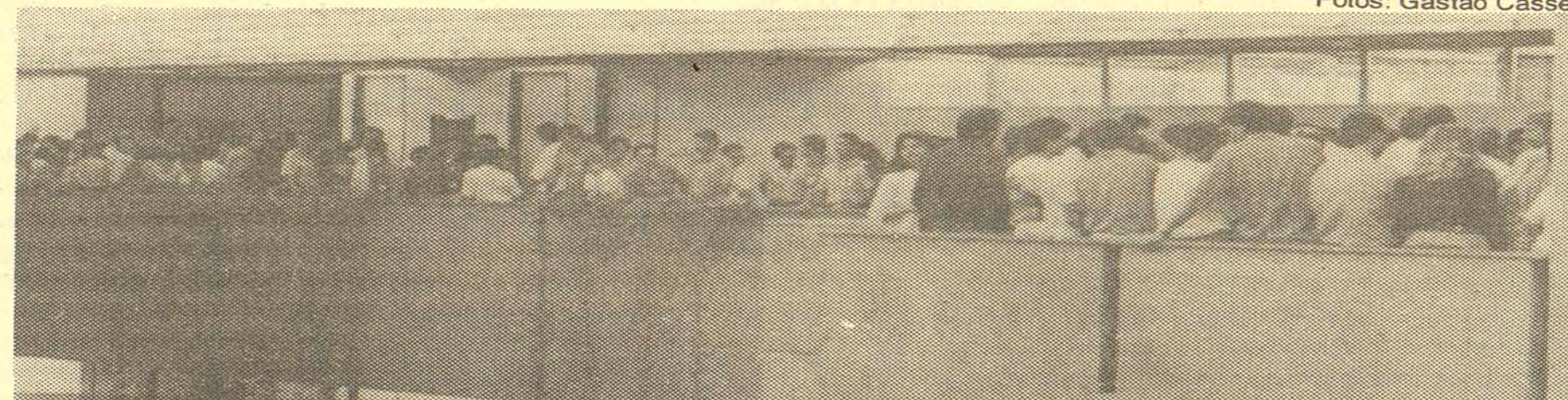
nº 93

ELETROSUL:

Trabalhadores pedem saída de Nogert

Ao entrar na ELETROSUL no dia 29, Fernando Bastos encontrou dois mil empregados aguardando a sua chegada para a reunião do Conselho de Administração da Empresa, com uma carta pedindo a exoneração de todos os membros que querem a extinção da estatal daquele conselho. A paralisação ocorreu às 15 horas e foi motivada pelas declarações do ex-presidente da CELESC, Nogert Wiest, defendendo o fim da ELETROSUL.

A CELESC acumula desde setembro do ano passado uma dívida de



Fotos: Gastão Cassel

um bilhão e 800 milhões de cruzeiros contra a ELETROSUL, que por sua vez deve 269 milhões à ELETROBRÁS, devido a falta do repasse das tarifas. O secre-

tário Nacional de Energia, Luiz Oswaldo Aranha propôs, segundo Bastos, a intervenção federal na CELESC para solucionar esse problema de inadimplência.

Para os empregados, Bastos declarou que se Wiest não tivesse pedido demissão da CELESC pela manhã, ele mesmo exigiria sua saída.

Intersindical vai ao Palácio pedir inquérito sobre a CELESC

A Intersindical entregou uma carta ao Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, Dejandir Dalpasquale, solicitando "a imediata abertura de inquérito competente ou auditoria especial para apuração das irregularidades noticiadas pela imprensa e esclarecer os débitos acumulados pela CELESC". O documento era endereçado ao Governador, mas acabou sendo entregue na Casa Civil, em uma audiência da Intersindical, no dia 29/03.

O documento considera que há na CELESC um passivo trabalhista de mais de 500 milhões, além de uma dívida de 1,8 bilhão com a ELETROSUL. O passivo trabalhista se deve ao des-

cumprimento de acordos e dissídios. A carta também se refere às denúncias feitas pela imprensa sobre a existência de um "caixa 2" na Empresa.

Dalpasquale afirmou que a existência do passivo trabalhista é uma "demonstração de incompetência". Segundo ele o Governo vai dar continuidade ao levantamento das irregularidades.

A Intersindical vai acompanhar todos os passos deste processo, para garantir que a atual situação da CELESC — que a torna vulnerável inclusive a uma intervenção Federal — seja apurada profundamente, com a responsabilização dos eventuais culpados.

Excelentíssimo Senhor
DR. CASILDO MALDANER
D.D. Governador do Estado de Santa Catarina
FLORIANÓPOLIS — SC

Senhor Governador,

Os eletricitários de Santa Catarina, através das suas Entidades Sindicais, preocupados com os fatos e notícias veiculadas na imprensa sobre a CELESC, em especial sobre a administração Nogert Wiest, vêm a Vossa Excelência expor e ao final, solicitar o que segue:

- 1º — Considerando o enorme passivo trabalhista da CELESC, acumulado na gestão Nogert Wiest, por suas arremetidas contra decisões judiciais e violação de acordos sindicais que, hoje, segundo nossas avaliações, ultrapassa a cifra dos 500 milhões de cruzeiros;
- 2º — Considerando a elevada dívida da CELESC para com a ELETROSUL, que segundo os jornais chega ao patamar de 1 bilhão e 800 milhões de cruzeiros, inclusive com ameaça de intervenção federal devido a essa dívida;
- 3º — Considerando as denúncias pela imprensa, cuja fonte foi atribuída a um ex-deputado do Partido do Governo Estadual, da existência de um chamado "caixa 2" na CELESC;
- 4º — Considerando que é dever dos Sindicatos preservar a CELESC enquanto prestadora de serviços públicos e fonte de trabalho para mais de 6.000 empregados;
- 5º — Considerando que toda a Sociedade Catarinense está apreensiva diante das notícias veiculadas e se sente no direito de exigir das autoridades todos os esclarecimentos possíveis, assim como a garantia da solvência da Empresa, de modo a lhe permitir prestar os serviços com elevado grau de qualidade e confiabilidade.

Os Sindicatos abaixo assinado solicitam do Governo: A IMEDIATA ABERTURA DE INQUÉRITO COMPETENTE OU AUDITORIA ESPECIAL PARA APURAÇÃO DAS IRREGULARIDADES NOTICIADAS PELA IMPRENSA E ESCLARECER AS CAUSAS DOS DÉBITOS ACUMULADOS PELA CELESC.

Outrossim, informamos a Vossa Excelência, que caso não haja providências do Governo, as Entidades Sindicais estão dispostas a ir a fundo na questão, recorrendo a outros níveis para obter respostas aos problemas apontados, visando desta maneira defender a função da CELESC, preservar o patrimônio da Empresa e os interesses dos empregados e da Sociedade Catarinense.

Finalmente, esclarecemos que estamos enviando cópia deste expediente aos líderes de todos os partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa do Estado.

Esperando de Vossa Excelência as devidas providências que o caso requer, colhemos o ensejo para lhe apresentar as nossas Cordiais Saudações.
SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE FLORIANÓPOLIS, VALE DO ITAJAÍ, LAGES, JOINVILLE, ADMINISTRADORES, ENGENHEIROS — APROSUL

"Caixa dois":

Imprensa de Brasília
também fala de
Wiest e da CELESC

O jornal CORREIO BRASILIENSE do dia 29/03/90 trouxe uma pequena matéria que se refere a CELESC intitulada "Caixa 2 retido". Vejamos:

"Florianópolis — Muito se fala nas caixas que correm entre empresários para recolher dinheiro para financiar campanhas políticas. Entretanto, pouco de concreto pode-se apurar sobre os 'caixas dois'. Mas pelo menos um dirigente de empresa pública ficou famoso e até mesmo respeitado pelo PMDB; por ser o 'dono do cofre'. Tesoureiro do Diretório Estadual do PMDB e presidente da maior estatal de Santa Catarina, a Cellesc, Nogert Wiest é acusado pela oposição de ter acumulado uma quantia avaliada em NCz\$ 300 milhões para a caixa do partido. Embora ele garanta que este dinheiro existia e seja da Cellesc, o próprio PMDB o respeita e o considera vital na campanha deste ano. Mas se realmente o 'caixa dois' em favor do PMDB existe, ficou retido".

Às 19 horas do dia 29, o novo secretário da Casa Civil, Dejandir Dalpasquale confirmou a Intersindical as denúncias de irregularidades levantadas contra o ex-presidente da CELESC, Nogert Wiest.

O secretário ainda declarou ao Jornal de Santa Catarina do dia 31, que está preparando um dossiê sigiloso com diversas denúncias incriminando Nogert. O governador Casildo Maldaner confirmou que irá apurar as denúncias levantadas.

CUT vai pressionar os parlamentares

Na reunião da direção nacional da CUT, realizada nos dias 31 e 1º em São Paulo, foi decidido que os dez membros da diretoria executiva seguiriam para Brasília no dia 3. O objetivo é definir uma tática de ação junto a todos os parlamentares do Congresso, já que nessa data, e não mais tarde como era esperado, inicia a votação das Medidas Provisórias editadas por Collor de Mello. A executiva da CUT fará pressão para que seja mantida a atual política salarial, seja evitado o desemprego, a recessão e a privatização das estatais. Para isso a Central conta com a participação efetiva da população, em manifestações como a dos empregados em estatais e funcionários federais, que realizam no dia 10 um dia de mobilização.



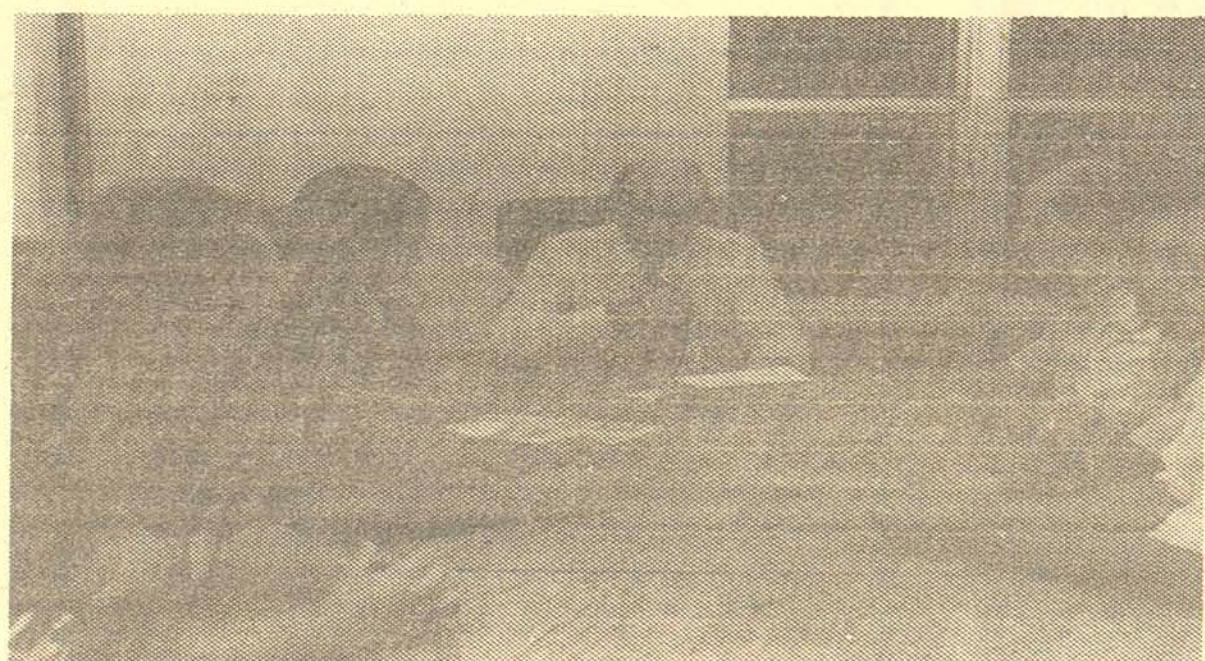
Manifesto aos Eletricitários

Diretoria do Sindicato do Vale do Itajaí

A DIRETORIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO VALE DO ITAJAÍ, reunida em 31.03.90, vem de público declarar como PESSOA NAO GRATA NO SINDICATO o seu associado Eng. LUIZ BRAZ DA SILVA, Diretor Adjunto Regional da Cellesc de Itajaí, bem como convocar Assembleia Geral dos associados para eliminação do mesmo do quadro social, pelos seguintes motivos:

- 1 - O Eng. LUIZ BRAZ DA SILVA tem dificultado de forma sistemática e autoritária o relacionamento entre Empresa e Sindicato;
- 2 - o Eng. LUIZ BRAZ DA SILVA vem perseguindo imotivadamente dirigentes deste Sindicato impondo-lhes inquéritos administrativos, suspensões e impedindo-lhes o acesso às dependências da Agência Cellesc de Itajaí;
- 3 - o Eng. LUIZ BRAZ DA SILVA vem difamando e injuriando o Sindicato do qual é associado;
- 4 - o Eng. LUIZ BRAZ DA SILVA é contumaz em promover abaixo-assinados para que a categoria renuncie a direitos trabalhistas conquistados em acordos coletivos, contrariando os interesses da classe;
- 5 - os atos praticados pelo Eng. LUIZ BRAZ DA SILVA e relatados nos itens acima, vem de confronto com os estatutos da Entidade.

Blumenau, 31 de março de 1990



Plenária define indicativo de greve geral para o dia 24/04

Rejeição total ao pacote. Essa foi a conclusão a que chegaram os 282 delegados de base e diretoria que estiveram reunidos nos dias 27 e 28 em Brasília na Plenária Nacional dos trabalhadores em estatais e funcionários públicos. Depois de discutir o Plano Collor e a atual conjuntura, os 106 sindicatos que participaram da Plenária, os membros da CUT e CGT, além de três entidades nacionais elaboraram um calendário de lutas que culmina com um indicativo de greve para o dia 24 de abril.

CALENDÁRIO

A programação inicia no dia 5, definido como o dia nacional de assembleias gerais intercategorias. De 5 a 10 de abril, acontecem as assembleias gerais por categoria. No dia 10, os funcionários públicos federais e de estatais realizam um Dia Nacional de Luta, com manifestações e caravanas à Brasília, se o Plano Collor ainda estiver sendo apreciado pelo Congresso.

A Plenária ampliada da CUT acontece no dia 15, lá os membros da executiva

da CUT, representantes das CUTs estaduais e regionais vão discutir a organização da greve geral. Nos dias 17 e 18 uma nova Plenária Nacional dos trabalhadores em estatais e funcionários federais vai avaliar o pique para a greve e definir o seu caráter.

No dia 5, às 18h30min. será realizada no auditório da FECESC uma assembleia de todas as categorias de trabalhadores de Florianópolis para discutir o calendário de lutas definido na Plenária Nacional. PARTICIPE.

Imposto Sindical

A Intersindical esteve reunida com a diretoria da ELETROSUL cobrando o compromisso de descontar apenas 40% de um dia de salário do imposto sindical, já que os sindicatos abriram mão dos 60% restantes, enquanto a Justiça não se pronuncia sobre a inconstitucionalidade do desconto reivindicada no acordo. Como a Empresa realizou o desconto integral a Intersindical recebeu da diretoria o compromisso de que após consultar sua assessoria jurídica dará uma resposta essa semana.

Intersindical ouviu a contraproposta da CELESC

No dia 28, a Intersindical ouviu do assessor da DA a proposta da CELESC em resposta aos 10 itens reivindicados pelos Sindicatos no início de março. Na proposta aparecem: 20% de antecipação salarial, a serem compensados na data-base; 10% de ganho real, condicionados a desistência dos processos relativos a produtividade 84 e 88; reajustes salariais baseados nos aumentos das tarifas de energia elétrica ou no que determinar a política salarial — o que for melhor; participação de um membro da Intersindical no Conselho de Administração da CELESC e acordo em relação ao Plano de Cargos e Salários. A proposta da empresa prevê, por parte dos Sin-

dicatos, a retirada dos processos das produtividades 84 e 88.

Nessa reunião, a Intersindical colocou a impossibilidade de aprovar a assinatura de um acordo em relação ao Plano de Cargos e Salários por não ter qualquer conhecimento do seu conteúdo e porque ele inclusive não foi concluído. Os Sindicatos desconhecem as diretrizes que foram alteradas, como foi elaborado, qual o resultado econômico para os empregados, etc... Haveria, no entanto, a possibilidade da CELESC assinar uma carta compromisso, garantindo a implantação dos Planos II e III até abril.

No dia 4, às 09 horas, ocorrerá nova reunião com a CELESC.

CPI estuda irregularidades da gestão Nogert Wiest

Tem mais de 700 páginas o relatório enviado pelo Tribunal de Contas do Estado à Assembleia Legislativa sobre a auditoria realizada nas contas da CELESC. O trabalho do TC foi solicitado pela Assembleia após o SINERGIA ter encaminhado um dossiê sobre irregularidades na gestão da Empresa.

A Assembleia Legislativa montou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para analisar o material produzido pelo TC. O dossiê do Tribunal incide sobre levanta-

mento de custos das obras da nova sede da CELESC, nominata de fornecedores de material à Empresa, aplicações financeiras, contratos com consultoras, empréstimos contraídos pela CELESC, ligações da Empresa com a firma SETENGE, criação de cargos nas Agências do interior e transação imobiliária com o Supermercado Angeloni.

A assessoria jurídica da Intersindical está analisando o material para em breve, divulgar aos eletricitários um extrato do trabalho do Tribunal.

Intersindical exige revisão do Plano de Custeio da Celos

No dia 13 de março os representantes da INTERSINDICAL e da APCELESC reuniram-se com a Direção da CELOS e com o Atuário, Prof. José Montello para discutir a Revisão do Plano de Benefícios e de Custeio da Fundação CELOS.

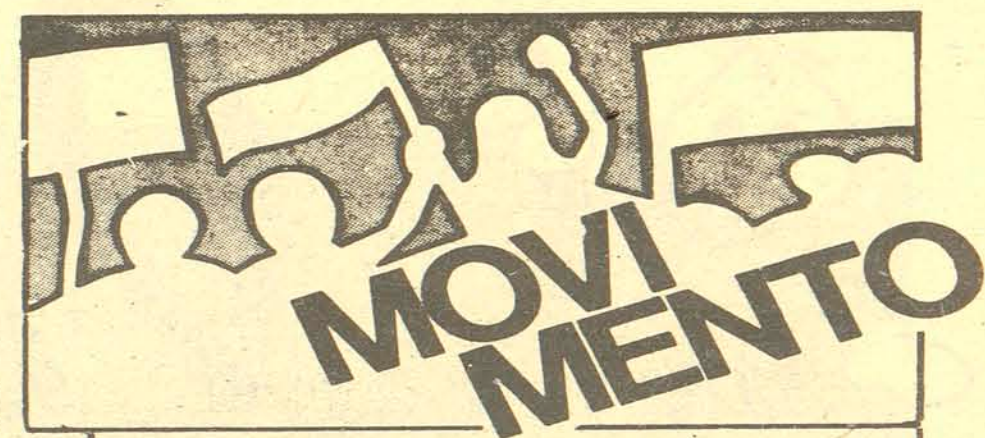
Os representantes da INTERSINDICAL exigiram do Atuário que, na Revisão do Plano de Custeio, algumas providências fossem adotadas, tais como:

- 1º - Redefinição das faixas de contribuição dos participantes. Atualmente, as contribuições são distribuídas em três faixas: 3%, 4% e 8,5%. Pretende-se a distribuição, no mínimo, em 4 ou 5 faixas. Para esse cálculo, o Atuário deverá ter como premissa o benefício pelo custo, isto é, os que terão maiores benefícios na aposentadoria deverão pagar taxas mais elevadas enquanto estiver na ativa.
- 2º - Resgate das Contribuições. Atualmente, ao sair da CELESC, o participante poderá resgatar, corrigido monetariamente, 50% das contribuições feitas à CELOS. A INTERSINDICAL exige que este resgate seja, no mínimo, igual ou superior a 85%.
- 3º - PISO MÍNIMO DE 60 BTN para os que já estão

aposentados ou que vierem a se aposentar. Isso significa que qualquer participante que se aposentar, independente da diferença entre o salário da ativa e a parte que o INPS lhe pagar, receberá, no mínimo, 60 BTN.

- 4º - DESCONTO SOBRE O DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO. Atualmente, com a instituição do 13º salário aos aposentados, a CELOS passou a descontar dos empregados da ativa a contribuição sobre o 13º salário. A INTERSINDICAL pediu estudos do Atuário no sentido e proceder o desconto à base de duodécimos (1/12 avos por mês) ou, então, efetuar o desconto no mês que recebe o 13º salário ou parte dele.

Nova reunião com o Atuário e a Comissão da INTERSINDICAL/CELESC/CELOS/APCELESC está marcada para a 1ª quinzena de maio próximo vindouro. Nesta ocasião o Atuário trará os estudos preliminares e a INTERSINDICAL poderá realizar uma avaliação mais profunda e detalhada do Plano de Custeio e Benefícios da CELOS, que, a nosso ver, hoje, se constitui numa verdadeira "caixa preta" que a INTERSINDICAL pretende desvendar.



Sem-Teto

Quarenta representantes da comunidade de Praia de Areias do Campeche estão em vigília desde o dia 1º em frente ao Palácio de Santa Catarina. Eles vão permanecer lá por tempo indeterminado e na quinta-feira iniciam uma greve de fome, apesar da Casa Militar do Palácio ter impedido a colocação de uma barraca. Assim eles esperam que o governo do Estado cumpra a promessa feita a um ano: a sustentação dos despejos nas 12 áreas críticas de Florianópolis. Só que esta semana deve sair uma liminar que garantirá a reintegração de posse de uma área no Campeche, que vai atingir mais de 90 famílias.

Servidores

Trinta mil servidores das quatro autarquias, nove fundações, das empresas de economia mista e da Secretaria da Fazenda podem entrar em greve caso os salários, atrasados pela baixa arrecadação, não saírem. Até o dia 3, o secretário da Fazenda, Félix Theiss, não havia conseguido recursos junto ao Banco do Brasil e Besc, por falta de liquidez.



1. O "estilo Collor" tem mesmo a marca do autoritarismo. E nem os seus ministros escapam dele. "Vê se para de gaguejar quando responder aos jornalistas", determinou o Presidente a Ministra Zélia em uma conversa por telefone. Collor ficou irritado com o despreparo da Ministra na coletiva que anunciou o Plano Econômico.

2. Em uma entrevista na televisão, o senador Jorge Bornhausen defendeu uma proposta muito curiosa para a venda de estatais. "O governo poderia permitir que as empresas fossem pagas em Cruzados, já que o setor privado está descapitalizado", garantiu o ex-ministro. Em síntese, além de vender barato para os empresários o patrimônio dos contribuintes, Bornhausen ainda quer que paguem com dinheiro que não vale mais. Uma pérola de proposta...

Proposta Intersindical	Proposta CELESC
Fundo Participação CCQs (10%)	Aceita, em 1º de março
Antecipação Salarial de 36,5%	Propõe 20% em 1º de maio
Pagamento quinzenal	Prejudicado Plano Collor
Não desconto imposto sindical	Vai procurar forma jurídica
Benefício alimentação	Mantém sistema atual
Não compensação de 13,07% do dissídio de 87/88	Aceita
Seguro, manter bases firmadas	Aceita
Mensalidades dos sindicatos, recolher junto com salários	Vai procurar forma administrativa
Licença prêmio, manter bases	Aceita
Custas e honorários de ações das produtividades 84 e 88	Não aceita arcar com o pagto.
OBS.: A proposta da Empresa pressupõe que os sindicatos retirem as ações referentes as produtividades de 84 e 88.	